

LEITURA E BIBLIOTECA EM SOCIEDADE MARCADA PELAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Resumo: Até hoje há uma dificuldade muito grande na formação de um público leitor na América Latina. As bibliotecas públicas existentes, em sua maioria, não são visíveis o que provoca um distanciamento das políticas públicas e um distanciamento maior na interação com a comunidade. Na verdade se observa, cada vez mais, que as pessoas que não foram beneficiadas pela Revolução de Gutenberg dificilmente poderão se utilizar da revolução tecnológica para serem incluídas na sociedade da informação. Esse fenômeno faz com que as desigualdades aumentem e que se busque um novo modelo de biblioteca pública que possa incluir a grande massa da população na sociedade do conhecimento.

Emir José Suaiden

Professor Titular da Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de Brasília.
Bolsista de produtividade em pesquisa do
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico
emir@unb.br

Palavras-chave: Biblioteca pública. Formação de leitores. Sociedade da
informação.

READING AND LIBRARY IN ONE SOCIETY THAT IS MARKED WITH/PRESENTS SOCIAL INEQUALITIES.

Abstract: Up to nowadays, there has been a very strong difficulty in order to train readers in South America. The public libraries, in their majority, are not clearly visible. This aspect provokes a distance from the public policies and an even bigger distance between interaction and community. In real terms, it is possible to observe that the people who have not been benefited by Gutenberg Revolution will be rarely able to make use of technological revolution in order to be included in the information society. This phenomenon is the responsible agent that makes the inequalities increase. There is an attempt to search for a new model of public library to include a great amount of the population in the society of knowledge.

Key -words: Public library. Training of readers (reader' training). Information society.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de sessenta instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a International Federation of Library Association and Institutions (IFLA) realizaram um grande investimento na América Latina visando a conscientizar os governantes da região da importância de implantar bibliotecas públicas para facilitar o acesso ao livro e ao conhecimento. No entanto os

governantes, que chegaram ao poder sem utilizar o hábito de ler e frequentar biblioteca, deram demonstrações claras que esses dois temas não faziam parte da agenda do governo.

O primeiro modelo de biblioteca pública estabelecido no Brasil espelhou-se em padrões utilizados em outros países. Como, à época, tais países eram mais desenvolvidos do que o Brasil e não tinham nada em comum com a cultura brasileira, a reprodução daquele modelo suscitou problemas, como, por exemplo, sob uma perspectiva social, o fato das bibliotecas públicas passarem a ser vistas como lugares elitizados, depósitos de livros, e até mesmo como locais para se realizarem tarefas escolares. Problemas esses que trouxeram conflitos de visões entre profissionais da informação e a comunidade em geral.

Por um longo tempo, considerou-se que o objetivo principal de uma biblioteca era o de preservar sua coleção, o que dificultou a circulação e a disseminação dos livros. De acordo com Bandino (2000), esse entendimento promoveu a criação de bibliotecas “inúteis” e a conseqüente necessidade de se redefinirem os seus objetivos, a fim de se tornarem bibliotecas de circulação e não apenas bibliotecas de conservação. Quando uma biblioteca abria suas portas para o público, ela tornava-se um ponto focal, um centro de referência, para a comunidade na qual ela estava situada, e, portanto, facilitava o acesso aos livros e a introdução à leitura no cotidiano das pessoas. As bibliotecas precisam ter compromisso com o mundo externo e assumir os seus papéis no que se refere a educação, ensino, treinamento e disseminação dos recursos culturais de um país.

Com o surgimento de uma nova sociedade, conhecida como sociedade da informação, o paradigma da preservação deixou de ser prioritário. Essa nova sociedade demonstra, essencialmente, que a informação gera poder, especialmente quando é disseminada em curto espaço de tempo, ou, melhor ainda, em tempo real. A possibilidade de acessar informação de forma imediata e a conseqüente oportunidade de transformá-la em conhecimento, gerando produtos, serviços e riqueza, foi responsável pela mudança paradigmática propiciada pela revolução tecnológica que temos vivenciado. A informação começou a ser valorizada como nunca havia sido, e as empresas, no intuito de se tornarem competitivas em um mercado global, passaram a se utilizar de tecnologias, teorias, conceitos e ferramentas competitivas disponíveis.

No final dos anos 1980, alguns especialistas declararam que a sociedade da informação seria inclusiva, na qual os recursos pudessem ser compartilhados e dedicados ao

bem-estar e a erradicação da desigualdade social fosse tendência dominante. Contudo, no começo do novo século, o debate seguiu em direção exatamente oposta. Muitos especialistas consideram a sociedade da informação uma sociedade perversa, uma sociedade feudal, na qual os donos do poder são os que controlam os meios de comunicação e na qual a desigualdade vem se tornando cada vez mais acentuada.

No prefácio do livro *Pobreza: un tema impostergable*, Zumbado (1994) faz a seguinte pergunta: quando é que uma sociedade realmente progride? A pergunta parece óbvia, mas não é, vez que, por um longo tempo, os indicadores que tratavam das desigualdades no bem-estar social eram abstratos e confusos. Há progresso quando há melhoria nas condições materiais de vida e avanços no desenvolvimento humano.

Na esfera econômica, especialistas sugerem, com frequência, que existe uma tendência em se buscar uma disseminação mais eficiente da informação em vez de se procurar estabelecer uma política para erradicar a desigualdade, como se a desigualdade fosse algo com o que devêssemos nos acostumar. Embora possamos achar essa tendência frustrante, está se tornando cada vez mais claro que, em um mundo globalizado, somente aquelas pessoas que têm acesso à informação e ao conhecimento terão melhores oportunidades para atingir uma qualidade de vida melhor e até mesmo deter poder.

Não há muito apoio na esfera política para a afirmação de Kliksberg (1994) de que pobreza e democracia são incompatíveis, uma vez que existe uma tendência para se considerar a democracia meramente como uma forma de governo, na qual há liberdade de expressão e as pessoas, inclusive os analfabetos, elegem as autoridades. Embora cultuado na maioria das constituições latino-americanas, o acesso democrático à informação está cada vez mais restrito a uma parcela reduzida e elitista da população. A parcela restante tem ficado à margem do processo de cidadania, sem conhecer seus direitos e obrigações na sociedade.

Essa parcela compõe a grande massa dos excluídos socialmente. Em sua maioria, o cidadão que compõe este grupo é analfabeto, não possui documento de identificação e não consegue trabalho por ser considerado mão-de-obra não-qualificada. A maioria dos problemas sociais, como a prostituição infantil e a violência, por exemplo, provém deste grupo. É nesse grupo que se concentra o maior número de pessoas envolvidas com a criminalidade e que tem crescido de maneira surpreendente. Esta é a razão pela qual um

percentual cada vez maior da população tem ficado à margem dos processos culturais, educacionais e sociais.

Estamos testemunhando grandes mudanças no mundo da informação. Na visão de Pacheco (1995), a informação é, hoje, um produto descartável que há de ser renovado constantemente. O fato de sua principal característica ser a velocidade com que é criada, consumida e descartada acaba por impedir as pessoas de pensar, avaliar e interpretar a informação que recebem. De acordo com o autor, os efeitos de todo este processo são:

- a nossa crescente dependência da informação relativa às ações de outras pessoas para determinar as nossas próprias; ao contrário do que ocorria no passado, as ações das pessoas não se baseiam no conhecimento, mas na informação;
- o conhecimento humano moderno não se fundamenta unicamente em assuntos relativos à cultura nacional em si, mas também em fragmentos de diferentes culturas que aprendemos por meio da informação que recebemos no nosso dia-a-dia;
- a facilidade com que a informação pode ser acessada está suplantando a memória humana. Atualmente, os investimentos estão sendo redobrados na tentativa de amenizar o esforço das pessoas do ato de lembrar. Não é somente o conhecimento que importa, mas também a habilidade de acessar mecanismos e ferramentas ágeis voltados à aquisição do conhecimento. As bases de dados se transformarão em gigantescos supermercados, cujos produtos serão tão especializados que servirão somente àqueles que possuírem grande expertise. Porém, considerando que tais pessoas representam uma parcela insignificante da população, os produtos vendidos por esses supermercados cibernéticos se constituirão em rápidas fórmulas preparadas instantaneamente e consumidas imediatamente.

Em termos de recuperação da informação e produção de conhecimento, a inclusão beneficia um pequeno segmento da sociedade.

De acordo com Barreto (1994), a meta fundamental da sociedade da informação é gerar conhecimento que seja sustentado pela produção da informação. O fenômeno de produção da informação é disseminado pelas estruturas informacionais (bibliotecas, bases

de dados, sistemas de informação), que determinam a efetividade da produção do conhecimento. As tarefas realizadas por essas estruturas são: produção do conhecimento, produção da informação organizada e transformação da informação. Essas estruturas têm diferentes lógicas operacionais. As tarefas relacionadas com a informação são determinadas por varias questões, especialmente, tecnológicas que buscam eficiência técnica e econômica. Eficiência é vital para a produção de conhecimento, no entanto, não produz conhecimento de fato, simplesmente contribui para organizar a explosão da informação.

Na visão do autor, as ferramentas e os mecanismos utilizados para classificar e organizar a informação estão em consonância com os princípios da ideologia atual; em outras palavras, eles são determinados por questões tecnológicas relacionadas com a produção de grandes quantidades de material armazenado. Dessa maneira, esses mecanismos e ferramentas não estão em consonância com a função de produção do conhecimento, uma vez que priorizam critérios de quantidade e reduzem os de qualidade dessa função. Além disso, o material armazenado é distribuído de acordo com uma lógica na qual quanto maior for a quantidade disponibilizada, maior deverá ser o numero de consumidores para cobrir seus custos. Assim, surgem estratégias de distribuição com a finalidade de levar em consideração os grupos diferenciados de consumidores e distribuir esse material armazenado, de forma seletiva, entre eles. Nesse processo de distribuição e diferenciação, somente pessoas privilegiadas têm acesso a determinadas informações. Isso significa dizer que esse tipo de distribuição funciona de forma a assegurar que a informação seletiva pertença apenas a uma elite, isto é, uma minoria.

Em uma sociedade da informação, a produção de conhecimento gera riquezas frequentemente na forma de patentes, as quais servem para consolidar a hegemonia dos países desenvolvidos sobre os demais países. Um ótimo exemplo disso é a América Latina. À medida que a hegemonia dos países desenvolvidos se fortalece, eles não sabem como se referir ao resto do mundo, pois não sabem sequer como aquela região deve ser classificada. Inicialmente, era chamada de “subdesenvolvida”; depois, foi inventado um termo mais erudito - “países em desenvolvimento” porém, nunca se revelou o tempo que leva um país para ser considerado desenvolvido, ou nem mesmo se, depois de algum tempo, aquele país poderia ser mais uma vez rotulado de subdesenvolvido. Houve também um determinado período em que a América Latina fazia parte do “terceiro mundo”. Da mesma forma, nunca

ficou claro quando o terceiro mundo se tornaria segundo mundo¹. Não obstante, em um mundo globalizado, a classificação de cada região está cada vez mais dependente dos processos de informação e conhecimento que são capazes de propiciar o processo de desenvolvimento.

A dependência do processo de desenvolvimento gera, naturalmente, desinformação e falta de informação, fatores decisivos no processo de exclusão social. A desinformação e a falta de informação atingem, principalmente, as classes menos favorecidas e influenciam o desenvolvimento humano. Desinformação pode significar informação incorreta ou informação manipulada e, junto com a falta de informação, leva à criação de uma sociedade que não consegue discernir, criticar e, conseqüentemente, tomar decisões que beneficiem seu próprio desenvolvimento.

Castro e Ribeiro (1997) afirma que, em contraste com a sociedade da informação, existe outra mais populosa, a sociedade da desinformação/falta de informação, que raramente é discutida, por ser ofuscada pela primeira ou por não se constituir ponto focal da Ciência da Informação. Para ilustrar essa ideia, Castro e Ribeiro (1997) cita trecho de uma notícia extraída de um jornal de ampla circulação no estado de São Paulo: Silvana, 17 anos, que havia sido abandonada na praça da Catedral aos 5 anos de idade, morreu de Aids em um hospital público de São Paulo. Quando foi entrevistada antes de sua morte, ela disse que não sabia para que serviam os preservativos. Isto é um exemplo da extrema falta de informação, considerando o gigantesco investimento feito pelo Ministério da Saúde na disseminação de informação sobre a doença.

No curso de pós-graduação em Ciência da Informação, como parte da disciplina Ciência da Informação e Sociedade, ministrada na Universidade de Brasília, o caso Silvana foi encenado em um sociodrama, no qual ela faz uma curta peregrinação, da praça da Sé até a Biblioteca Municipal Pública Mário de Andrade, para que pudéssemos estudar a questão da inclusão social. Foram analisados todos os fatores que conduzem à exclusão social, tais como a natureza impositiva dos edifícios, os olhares dos transeuntes, o sistema de

¹ De acordo com a Teoria dos Mundos, o Segundo Mundo são as nações do antigo bloco socialista. Constituiria o Segundo Mundo, por exemplo, a antiga União Soviética. O termo está hoje em desuso. Alguns autores ainda consideram uma nova definição para “Segundo Mundo”, o qual seria composto pelos países de economia emergente, tais como Rússia, China, Brasil, Argentina, México e Índia, por apresentarem ora características do Primeiro Mundo, ora do terceiro. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_mundo

segurança da biblioteca, o balcão de atendimento e a baixa auto-estima da garota. A peça termina com Silvana tentando segurar a mão do bibliotecário para um cumprimento e não conseguindo romper com as barreiras existentes entre ela e a biblioteca. O nosso estudo demonstrou que, tanto na ficção quanto na realidade, as bibliotecas não fazem parte do contexto de grande parte da população e que os profissionais da informação não estão em condições de mudar essa realidade e se tornarem agentes de inclusão social.

A imagem decadente das bibliotecas é, em geral, atribuída ao apego dos profissionais da informação ao aprendizado adquirido durante a sua formação. Na Itália, por exemplo, o sucesso alcançado pelo programa “Bibliotecas sem fronteiras” trouxe uma contribuição positiva para o acesso democrático à informação. O método prático adotado durante o projeto foi “disseminar a leitura por meio da leitura”, cujo acesso a livros era concedido às pessoas em horários e locais normalmente reservados a outros usos, tais como passeios públicos, discotecas, praias, igrejas e centros esportivos, entre outros. No início, os profissionais da informação, imersos em regras de processamento técnico, fizeram severas críticas ao projeto. A noção de uma biblioteca aberta e voltada ao público os amedrontava, pois acreditavam que se o poder fosse transferido para o público, a autoridade dos bibliotecários se enfraqueceria. Essa situação era resultante também da falta de indicadores de desempenho, pois o sucesso do projeto provou que o acesso democrático à informação reforça a autoridade do profissional da informação.

É fácil, portanto, concluir que a exclusão social é também um processo de desinformação. Essa desinformação não implica meramente na falta de informação ou na disseminação de informação falsa, envolve também uma série de ações que não são explicitamente comerciais ou políticas, mas que, sem dúvida, são criadas para alcançar um objetivo claro, por parte de quem as disseminou. Em 90% dos casos, esse objetivo não visa apenas a influenciar as multidões, mas atingir alvos muito determinados. A desinformação de alto nível falseia informações especializadas e técnicas de relevância incomparavelmente maior. Dessa forma, devido a problemas de acesso à educação e à cultura no terceiro mundo, a desinformação contribui enormemente contra o processo de cidadania. Ou seja, uma parte expressiva da população desconhece seus direitos e deveres.

Devido ao fato da globalização ser um processo comandado por resultados econômicos ou materiais, as regiões onde prevalece a desinformação/falta de informação são

automaticamente excluídas do processo de desenvolvimento. Isto porque aqueles que estão desinformados não podem produzir tais resultados e acabam sendo deixados para trás. Este fato aplica-se tanto às pessoas quanto às instituições, uma vez que é o capital intelectual, o qual tem habilidade para transformar informação em conhecimento e conhecimento em riqueza, que cria organizações inteligentes. Falando de maneira geral, as universidades não são bons exemplos de organizações inteligentes, devido às dificuldades que elas têm em responder às reais necessidades do mercado de trabalho e resolver os problemas da sociedade. Iria mais além, dizendo que as bibliotecas também não são bons exemplos de organizações inteligentes, principalmente devido à dificuldade que elas têm em estar adequadamente sintonizadas com as necessidades de informação da comunidade, além das dificuldades de formar leitores críticos e produtores de informação, pois o que normalmente se observa é a formação de usuários dependentes da informação.

2 O IMPACTO SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Historicamente, as bibliotecas públicas nasceram com funções muito nobres. Nos Estados Unidos, por exemplo, elas foram estabelecidas para preservar a democracia, e em muitos outros países simbolizam mudanças sociais importantes. Em algumas regiões, a biblioteca pública, assim como a igreja e a escola, está incorporada à paisagem local. Há muitos exemplos de bibliotecas públicas que se tornaram um meio natural de inclusão social nessas regiões. Um bom exemplo disso é a Biblioteca Pública de Nova York, que logrou êxito em seu objetivo de facilitar a vida dos imigrantes naquela grande cidade.

Então, por que as bibliotecas públicas são tão importantes nas regiões em questão? Porque os produtos e serviços que elas oferecem lhes conferem grande visibilidade na sociedade. Contudo, não é fácil se falar de visibilidade em países onde as bibliotecas públicas em geral não têm sequer dotação orçamentária, onde não existem profissionais da informação, onde o governo questiona frequentemente a viabilidade financeira dos serviços da biblioteca, e, principalmente, onde uma considerável parcela da população não utiliza bibliotecas públicas, caso dos países da América Latina.

Na verdade o fato da educação ter menosprezado o papel da biblioteca significou um custo social muito alto para o acesso ao conhecimento. Escola e biblioteca falharam

pois não souberam trabalhar com as diferenças. Os alunos são diferentes, os leitores também, portanto não é possível formar uma sociedade inclusiva sem contar com técnicas e metodologias adequadas para a formação do cidadão. Escola pobre para o pobre e biblioteca pobre para o pobre foram o legado da sociedade industrial.

No Brasil, em uma época em que a sociedade da informação é um assunto tão em voga, onde há recursos reservados para seu estabelecimento, os profissionais da informação, em particular aqueles que trabalham em bibliotecas públicas, devem dedicar especial atenção ao processo de criação da sociedade da informação. A biblioteca pública poderia se tornar um ponto de acesso mais eficiente, um meio de integrar a sociedade as comunidades que estão à margem dos processos cultural e educacional. Com este propósito, o Programa da Sociedade da Informação no Brasil (2002) formulou diretrizes especiais sobre disseminação da informação e alfabetização digital. Algumas medidas precisam ser tomadas com relação a esses objetivos, sendo a mais importante delas o treinamento de profissionais engajados e motivados a participar ativamente nos processos de informação e inclusão.

A curto prazo, esse treinamento requereria mudanças maiores no currículo de Biblioteconomia e, principalmente, na atitude dos profissionais. Ainda não temos uma visão detalhada das necessidades do mercado de trabalho e, acima de tudo, não temos conhecimento de nenhum estudo respaldado por pesquisa científica sobre o impacto social do trabalho das bibliotecas. Tais fatores têm provocado pontos de vista conflitantes e prejudicado a visibilidade dos serviços de informação. De fato, não está claro para ninguém qual é o real benefício do trabalho das bibliotecas.

Quando é realizada uma pesquisa sobre os impactos do trabalho das bibliotecas, os profissionais da informação sempre se surpreendem com os resultados.

Anteriormente, D'Elia (1980) e Madden (1979) realizaram estudos nos Estados Unidos que objetivaram o entendimento do comportamento da comunidade frente aos serviços da biblioteca. O modelo idealizado por D'Elia (1980) teve como base as seguintes variáveis de pesquisa:

- Características individuais dos usuários;
- Conhecimento e opinião sobre os serviços da biblioteca;
- Acessibilidade à biblioteca pelo usuário; e

- Interatividade da biblioteca com os usuários.

Os entrevistados foram selecionados levando-se em conta três fatores:

- se eles usam ou não a biblioteca;
- frequência de uso; e
- intensidade de uso.

A frequência de uso foi mensurada pelo número de visitas e telefonemas dos entrevistados feitos à biblioteca no ano anterior; e a intensidade pelo tempo que duravam as visitas à biblioteca.

Com base nos resultados da pesquisa, D'Elia (1980) concluiu que a diferença entre usuários e não-usuários residia na frequência com que eles participavam de eventos culturais e no tempo que dedicavam à leitura.

Madden (1979) chegou às seguintes conclusões em sua pesquisa sobre usuários e não-usuários de bibliotecas públicas:

- O uso de bibliotecas públicas está intrinsecamente ligado a outras atividades. Uma pessoa que está envolvida em política, atividades esportivas, culturais e outras é um potencial usuário de biblioteca;
- Mulheres que não se utilizam de bibliotecas provavelmente não participarão de outros programas promovidos pela biblioteca. Seus interesses e atividades são bem limitados e não há muito que oferecer a elas por parte da biblioteca, vez que não estão interessadas em variar ou expandir suas atividades diárias. Muitos bibliotecários divergem entre si quanto a essa descoberta, mas ficou claro na pesquisa que a biblioteca não é o maior foco de interesse na vida dessas pessoas;
- Muitos não-usuários poderiam ser conquistados por amplas campanhas publicitárias, particularmente por aquelas que abordassem afazeres domésticos e bibliotecas móveis. Muitos não-usuários do sexo masculino poderiam se tornar usuários se a biblioteca oferecesse livros e serviços voltados a seus interesses;
- Usuários assíduos de bibliotecas apresentam uma variedade de interesses tão ampla que o bibliotecário teria dificuldade para definir suas necessidades. Por outro lado, como esses usuários representam um pequeno percentual da população, torna-se objeto de discussão a destinação de recursos em materiais visando

apenas a esse grupo em particular;

- Usuários esporádicos merecem maior atenção. As bibliotecas deveriam disponibilizar coleções que refletissem as expectativas e aspirações da comunidade.

O estudo “Public Library Survey” (Pesquisa sobre Bibliotecas Públicas), realizado pelo National Center for Education Statistics, no período 2000-2001, constatou que os americanos não utilizavam as bibliotecas da forma como os profissionais da informação pensavam e chamou a atenção para o fato de que:

- Uma minoria de adultos utiliza-se da biblioteca regularmente;
- A maioria dos empréstimos concentra-se numa minoria de usuários;
- O uso da biblioteca está diretamente relacionado com o grau de instrução dos usuários;
- Os usuários de bibliotecas compram mais livros que os não-usuários;
- A maioria das pessoas não utiliza a biblioteca como fonte de informação; as pessoas utilizam a biblioteca mais para o lazer do que para ampliar seus conhecimentos;
- Usuários de bibliotecas têm uma maior consciência social e comunitária que os não-usuários;
- Materiais recém-publicados são os mais procurados.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, comprovou-se que as pessoas da classe média, com bom nível educacional, são as que mais se utilizam da biblioteca, já que estão mais capacitadas para esse fim. Observa-se que as bibliotecas não mudam a situação social, apenas reforçam o *status* vigente.

Verificou-se, também, naqueles países, que o nível educacional é fator determinante no que tange ao uso de bibliotecas. Quanto maior o nível educacional da população, maior será a utilização de suas bibliotecas. É pouco provável que as bibliotecas exerçam influência sobre o nível educacional; elas apenas reforçam a situação existente. O nível educacional está estreitamente relacionado com a classe social e o nível econômico. A junção classe social baixa e nível econômico baixo redundam em baixa utilização de bibliotecas. Os pesquisadores acreditavam que a melhor maneira de incrementar o uso de bibliotecas seria aumentar a idade média de finalização dos estudos. As mulheres utilizam mais as bibliotecas e fazem mais empréstimos. Crianças em idade escolar utilizam mais as

bibliotecas do que os adultos. A maioria dos adultos utiliza as bibliotecas regularmente ou ocasionalmente, ao passo que as crianças são usuários intermediários, ou seja, utilizam as bibliotecas de quatro a seis vezes por ano. Os adultos que utilizam bibliotecas regularmente têm mais de 60 anos. As minorias étnicas e outros segmentos da população pouco utilizam as bibliotecas.

O serviço mais utilizado é o de empréstimo de livros e a maior queixa dos usuários refere-se à qualidade dos acervos e a sua disponibilidade. As mais demandadas são as obras de ficção da atualidade. Há poucas evidências de que as bibliotecas sejam utilizadas para assuntos relacionados com a pesquisa e a educação pessoal.

A Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional de Editores de Livros realizaram um estudo intitulado “Retrato da leitura no Brasil”, em 2001. O objetivo foi o de identificar a intensidade da leitura de livros no Brasil e como se dá o acesso aos livros. Uma amostra probabilística foi utilizada na pesquisa.

A conclusão a que se chegou na pesquisa é a de que a educação é fator decisivo na aquisição de livros e que pessoas muito pobres utilizam-se de canais alternativos, em vez de livrarias. Os homens adquirem livros por quererem se informar ou por desejarem progredir em suas carreiras, ao passo que as mulheres o fazem para encontrar paz interior ou para presentear. O preço dos livros, somado ao baixo poder de compra da população, é o grande obstáculo enfrentado pela indústria editorial, visto que a dinâmica da posse de livros é idêntica à dinâmica da distribuição de riquezas no país, onde muito é dividido por poucos e pouco é dividido por muitos. O assunto mais lido é religião, e quanto mais baixo o grupo econômico, mais ampla é a leitura da Bíblia. O número de leitores aumenta nas camadas de maior renda. Dois fatores importantes contribuem para o amor à leitura: a total dependência do nível educacional e do poder de compra. O fato de existirem poucas bibliotecas foi citado como uma barreira ao crescimento do hábito de leitura.

A utilização de metodologia qualitativa para formular um diagnóstico possibilitaria um planejamento estratégico para bibliotecas. Esse planejamento permitiria o fortalecimento dos setores identificados, provavelmente por intermédio da expansão de áreas de interesse mútuo da biblioteca e da comunidade.

Ao recorrerem aos diagnósticos, os profissionais da informação podem fortalecer setores que tenham sido identificados, também expandir áreas de interesse mútuo e, ainda,

criar indicadores que apoiem investimentos em ações sociais na biblioteca.

Esses indicadores proporcionariam ao profissional da informação uma visão mais global sobre o sucesso ou fracasso daqueles investimentos. Por exemplo, na avaliação da educação o fracasso acadêmico caracteriza-se pela evasão, repetição e pela baixa qualidade do processo ensino-aprendizagem. Na prática, esses indicadores criam uma imagem social que acompanhará o indivíduo por toda a vida. Ter domínio sobre esses indicadores possibilita a adoção, por parte do sistema educacional, de um plano estratégico que vise à redução progressiva do fracasso acadêmico.

O novo modelo de desenvolvimento requer, acima de tudo, profissionais da informação cada vez mais críticos, suficientemente críticos para questionar até mesmo o nome da biblioteca. Por que chamar de pública uma biblioteca que, na realidade, só atende a uma pequena parcela da população? Nessa situação, existem duas alternativas: ou se segmenta a comunidade e se faz um trabalho de alta qualidade para beneficiar uma parcela específica do público, ou simplesmente trocamos o nome de “biblioteca pública” para “biblioteca para pequenos grupos de estudantes que desejam fotocopiar enciclopédias”. Os bibliotecários também precisarão ser críticos se quiserem mudar os indicadores que estão sendo gerados atualmente pelas estatísticas extraídas de solicitações e empréstimos. As condições atuais são apropriadas para a produção de indicadores significativos que demonstrem o impacto real desses serviços.

A adoção de metodologias para tomadas de decisão compartilhadas é muito importante na busca de um modelo que promova a inclusão social. Significa também que o sentimento democrático sempre prevalecerá; ou seja, que será dado aos socialmente excluídos o direito à palavra. Esse é o momento certo para a utilização de técnicas de pesquisa, aquelas que forem mais apropriadas para bibliotecas públicas, sejam elas cenários, monitoramento tecnológico, *brainstorming*, grupos focais ou *benchmarking*.

O cenário é uma técnica utilizada para identificar tendências e observar variáveis, tais como o desenvolvimento de coleções e a necessidade de novos produtos e serviços, assim como a melhoria na condição cultural e educacional da comunidade. O monitoramento tecnológico permite a observação dos fatores científico, telemático e tecnológico passíveis de afetar as bibliotecas públicas e a comunidade. *Brainstorming* é uma técnica que estimula respostas criativas em um grupo de pessoas, objetivando soluções

para problemas específicos, eventualmente causados pela integração da biblioteca pública na comunidade. Grupos focais é uma técnica que pode ser utilizada para tomada de decisões acerca dos serviços de biblioteca. Ela inclui entrevistas gravadas com especialistas, usuários, não-usuários e membros da hierarquia institucional, nas quais são feitas duas perguntas básicas: como são as bibliotecas públicas hoje? Como deveriam ser as bibliotecas públicas? Grupos focais é uma técnica fundamental no planejamento estratégico da biblioteca pública, que se baseia em um modelo proativo. O *benchmarking*, por sua vez, estabelece parâmetros utilizando um modelo de biblioteca pública que reflita todas as necessidades informacionais da comunidade e que forneça serviços e produtos considerados essenciais ao crescimento cultural e educacional dessa comunidade.

Além do mencionado acima, será exigido do novo profissional da informação da biblioteca pública que ele participe ativamente na disseminação de uma política de incentivo à leitura e de uma estratégia para que as pessoas adquiram a competência informacional. Sabemos que somente um leitor forma outro. Nesse sentido, é fundamental que o profissional da informação seja um leitor crítico, para não restringir a interação entre a biblioteca e a comunidade, e, principalmente, impedir a criação de um público leitor. No que diz respeito ao público leitor, fica claro que o papel do profissional da informação e os estudos sistemáticos sobre o desenvolvimento das coleções são fundamentais para que esse objetivo seja alcançado.

É fato que uma comunidade que disponha de um profissional da informação que seja também um leitor crítico estará em posição privilegiada para treinar um público leitor e, antes de tudo, treinar usuários críticos e menos dependentes do sistema da biblioteca.

Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, as poucas pessoas que lêem tornam-se leitores críticos, pois, segundo Borges (1962), pode-se terminar a história onde quiser, pode-se conectar aquela história com qualquer outra, você pode negar a história, esquecer a história, fazê-la um clássico, considerá-la apenas um reflexo de outras histórias.

Quando leitores críticos se tornam usuários críticos, eles começam a exigir mais dos serviços da biblioteca, e é dessa forma que as bibliotecas tomam ciência da necessidade de melhorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos para aqueles usuários.

Em um artigo intitulado: novos trajetos de leitura Niskier (2014) afirma que o leitor da idade média nasceu convivendo com palavras escritas nos cartazes, embalagens, placas,

revistas, jogos; a escrita é presença obrigatória no mundo. Segundo o referido autor os recursos tecnológicos hoje disponíveis facultam, com um mínimo de conhecimento técnico a intervenção do leitor diretamente nos textos. Hipertextos transferem parte do poder do escritor para o leitor pela possibilidade e habilidade que este último passa a ter de escolher livremente seus trajetos de leitura. Assim, ele elabora o que poderíamos denominar de meta-texto, anotando seus escritos junto a escritos de outros autores e estabelecendo links (nexos ou interconexões) entre documentos de diferentes autores, de forma a relacioná-los e acessá-los rapidamente.

Na visão de Pondé (2000), o crescimento populacional urbano, as políticas de massificação da leitura e os diversos modos de reprodução da linguagem contribuíram para a ampliação do público leitor e do interesse pela leitura.

O ato de ler, que no passado estava associado ao respeito pelo texto e à autoridade absoluta do autor, privava o leitor de autoridade, porque pressupunha uma hierarquia entre o emissor e o destinatário, à medida que se buscava aquilo que o texto ou o autor pretendia dizer. Já a leitura interativa ou lúdica supõe uma igualdade entre texto e leitor no ato da comunicação. Com isso, rompe-se o esquema autoritário da relação entre o emissor e o destinatário, e a leitura transforma-se em um jogo no qual o leitor também assume o papel de autor, uma vez que dá significado ao texto e participa ativamente da ação interpretativa. Ao reconhecer o papel ativo do leitor, o conceito moderno de autoria fica igualmente comprometido, pois a visão individualista de que somente o autor é “proprietário” do texto cai por terra, já que a existência do texto está intimamente relacionada com a sua leitura e seu receptor. Dessa forma, emissor e receptor têm autoridade sobre o texto, mesmo que um deles tenha um pouco mais de responsabilidade sobre a criação do que o outro. Aliás, cabe observar que essa concepção burguesa de autoria é recente, data de meados do século XIX, época em que o processo de construção social da autoria se fortaleceu, principalmente devido ao desenvolvimento da imprensa - isto é, da informação escrita - e, em consequência, das profissões de jornalista e escritor.

Manguei (2002) tem uma visão de que a responsabilidade do escritor deve ser sensível às descobertas da experiência; em outras palavras, o escritor deve ser um bom alquimista. A experiência nos fornece material que os escritores transformam em palavras. Mas nós somos apenas artesãos dessa experiência. A tarefa do autor termina com a

construção da obra. Quando a obra está concluída, o escritor não tem mais poder sobre ela, isto é, está nas mãos da pessoa que a recebe. A responsabilidade do leitor é descobrir o texto e tentar fazer uma jornada em direção oposta para entender a experiência que serviu de inspiração. É possível que o leitor descubra outra experiência, outro mundo, por meio dessa jornada. O leitor tem uma responsabilidade política porque existe uma ligação com a sociedade, com a *polis* e com o que Mallarmé² chamou de “dar um novo significado às palavras da tribo”.

E por que necessitamos de leitores críticos? Existe uma grande distinção entre o universo da oralidade e o da escrita. Do ponto de vista de reprodução e otimização do sistema, a leitura é uma necessidade pragmática - o analfabeto é menos produtivo e mais dependente é uma forma de inculcação ideológica. O texto consentido e efetivamente promovido é apenas aquele que reproduz valores ideológicos hegemônicos. Ainda que incluído na “cidade das letras”, o alfabetizado continua excluído do “mundo da escrita” - que supõe territórios privilegiados, caracterizados por formas de discursos e referências específicas.

A estreita relação entre leitura e participação social seria reafirmada por Paulo Freyre em sua conferência sobre “a importância do ato de ler”, realizada no 3º Congresso Brasileiro de Leitura, em 1981. Revisando sua trajetória pessoal, Freyre (1981) falou do “palavramundo”, da leitura de mundo que antecede a leitura da palavra, para reafirmar a tese de que, “enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. A leitura crítica da realidade, dando-se em um processo de alfabetização e associada, sobretudo, a certas práticas claramente políticas, de mobilização e de organização, pode constituir-se em instrumento de ação contra-hegemônica”. Vale observar que este é o tipo de atividade que levará as bibliotecas públicas a se tornarem um verdadeiro ponto de acesso para a sociedade da informação.

Na verdade, na medida em que a sociedade da informação é também uma sociedade de exclusão, o passaporte para essa sociedade passa a ser o capital intelectual, cujo grande alicerce é a leitura e o hábito de utilizar a informação, principais atividades dos serviços da biblioteca. Não estamos falando sobre o leitor ocasional e passivo diante da falta de

² Stéphane Mallarmé, cujo verdadeiro nome era *Étienne Mallarmé* - Paris, 18 de março de 1842, Valvins, 9 de setembro de 1898 - foi um poeta e crítico literário francês.

qualidade dos serviços bibliotecários, pois as habilidades de ler e escrever não são suficientes para se estar apto a responder adequadamente às demandas contemporâneas. Isso nos leva ao conceito de letramento, que está acima do conceito de alfabetização. Se uma criança sabe ler, mas não consegue interpretar o que lê em um livro, revista ou jornal, e se ela sabe escrever palavras e frases, mas não consegue escrever uma carta, então essa criança é alfabetizada, e não letrada.

O sistema bibliotecário e o sistema educacional têm grande responsabilidade no processo de mudança social. O caminho analfabeto-alfabetizado-letrado-cidadão-escritor é extremamente complexo, mas é a única rota que levará o profissional da informação à satisfação profissional e, antes de tudo, representa o caminho que conduzirá sua comunidade à sociedade da informação.

Para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento a biblioteca terá que inovar permanentemente. E os maiores desafios são de coordenar a transição do impresso para o digital e, principalmente construir usuários produtores de informação e não mais usuários dependentes da informação. Esses dois fatores serão vitais para a construção de comunidades autosustentáveis e sociedades mais justas.

Para encerrar minhas reflexões acerca do papel da biblioteca na sociedade - e fazendo um paralelo com esse triste momento de guerra e destruição por que passou recentemente a Humanidade -, não consigo encontrar melhor forma de concluir este artigo senão citando as palavras de Borges (1962): “suspeito que a espécie humana - espécie singular - está em vias de extinção, mas a Biblioteca persistirá: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, munida de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.”

REFERÊNCIAS

BANDINO, S. Preface, In: *EL PÚBLICO y la Biblioteca: metodologias para la difusión de la lectura*. Gijón: Ediciones Trea, 2000.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BORGES, J.L. **The library of Babel**. Labyrinths: Selected Stories and Other Writings, Penguin, Harmondsworth, 1962. Disponível em: <http://jubal.westnet.com/hyper-discordia/library_of_babel.html>. Acesso em: 12 maio 2004

BRAZILIAN INFORMATION SOCIETY PROGRAM. **Programa Sociedade da In-**

formação (SocInfo). 2002. Disponível em: <www.socinfo.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2012

CASTRO, C.; RIBEIRO, M.S.P. Sociedade da informação: dilima para o bibliotecário. **Transinformação**, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 1997.

D'ELIA, G.P.M. Development and testing of a conceptual model of public library user behavior. Chicago: **Library Quarterly**, v. 50, p. 410-30, 1980.

FREYRE, P. **A importância do ato de ler**. Campinas: Associação Nacional de Leitura, 1981.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retrato da Leitura no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.cbl.org.br/pesquisas_retrato.asp>. Acesso em: 10 ago. 2010

KLIKBERG, B. **Pobreza, uma questão inadiável**: novas respostas a nível mundial. Brasília, DF: ENAP, 1994.

MADDEN, M. **Lifestyles of [the] library user and nonuser**. [S.l.]: University of Illinois Graduate School of Library Science, 1979. 44p. (Occasional papers, 137).

MANGUEL, A., 2002, Entrevista em “El Pais”, 2, 2002.

NISKIER, Arnaldo. Novos trajetos de leitura. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 29 mar. 2014.

PACHECO, L.M.S.A. Informação enquanto artefato. **Informare**: Cadernos do Programa de Pos-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. jan./jun. 1995.

PONDE, G. **Leitura e cidadania**: Proler, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2000.

PORTRAIT OF READING IN BRAZIL, Retrato da Leitura no Brasil. Disponível em www.cbl.org.br/pesquisas_retrato.asp, 2001.

PUBLIC LIBRARY SURVEY. **National Center for Education Statistics (NCES)**: 2000-2001. Disponível em: <<http://nces.ed.gov/surveys/libraries/public.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

ZUMBADO, F. Preface. In: KLIKBERG, B. **Pobreza, uma questão inadiável**: novas respostas a nível mundial. Brasília, DF: ENAP, 1994.

PORTRAIT OF READING IN BRAZIL, Retrato da Leitura no Brasil. Disponível em www.cbl.org.br/pesquisas_retrato.asp, 2001.